

Novas regras da União Européia

António Cipriano Afonso Pinheiro *
Dirceu João Duarte Talamini **

O Conselho de Ministros da Agricultura da União Européia (UE), então com 15 países, reunido em Luxemburgo, chegou a um acordo, em 26 de junho de 2003, para reformar a Política Agrícola Comum (PAC), a partir de 2005. Na verdade, um preparo político para a agricultura futura, com os 25 Estados-membros, em que passa a:

- Orientar os agricultores para o mercado e o empreendedorismo;
- Se preocupar com os aspectos ambientais da atividade agrícola;
- Garantir a segurança e a qualidade alimentar européia;
- Fortalecer as políticas de desenvolvimento rural.

Os elementos-chave da nova PAC são quatro:

1º - Esquema de pagamento único à exploração, com base no histórico das ajudas diretas recebidas no período de 2000 a 2002. O período de entrada em vigor será flexibilizado entre 1º de Janeiro de 2005 e 1º de Janeiro de 2007. A ajuda fica condicionada ao cumprimento de determinadas regras ambientais, de segurança alimentar, de bem-estar animal. Um regime de eco-condicionalidade (cross-compliance);

2º - Teto máximo de 5000 EUROS para as ajudas diretas por exploração. O mecanismo, designado como "modulação", representa uma redução automática das ajudas às grandes explorações: 3% em 2005, 4% em 2006 e 5% de 2007 em diante. O objetivo é liberar fundos para apoiar políticas de desenvolvimento rural, com melhor coesão econômica e social do espaço europeu. Cada Estado-membro pode receber, pelo menos, 80% dos fundos gerados pelo mecanismo da modulação;

3º - Mudança nos mecanismos de intervenção e suporte a preços de alguns setores estruturalmente desequilibrados (manteiga, arroz etc.), e implementação de austera disciplina financeira, capaz de cumprir os orçamentos fixados até 2013;

4º - Reforço da dotação financeira da política de desenvolvimento rural.

A forma como esta revolução vai ser levada a cabo é a seguinte:

Cada agricultor recebe títulos ou direitos de produção, calculados em função do seu histórico de atividades e ajudas, dividido pelo número de hectares elegíveis, no período de referência, de 2000 a 2002, sem incluir a área ocupada por culturas permanentes. A partir de 2005, os pagamentos serão concedidos apenas para os títulos para os quais o agricultor possua hectares elegíveis, exceto para a produção de frutas, hortícolas e batata para consumo. Os títulos poderão ser transferidos livremente, com ou sem terra, entre os agricultores de um mesmo Estado-membro.

Cada Estado-membro:

- Optará entre calcular o pagamento único de forma individualizada para cada exploração; regionalizar o valor de cada título; ou diferenciar os valores dos pagamentos entre terra arável e pastagem; redistribuir fundos entre regiões, após os tetos financeiros regionais serem definidos etc.;
- Criará uma reserva nacional, para resolver problemas dos agricultores com baixos montantes de referência, quando comparados com a sua capacidade produtiva, ou porque arrendaram ou compraram terra, ou porque investiram ou participaram em programas nacionais de reconversão;
- Desenvolverá um sistema de acom-

panhamento e assistência técnica das explorações, a partir de 2007, com adesão livre; todavia, em 2010, o Conselho decidirá se o sistema será compulsório.

A reforma põe a agricultura na linha dos acordos da Organização Mundial do Comércio e dá maior poder de negociação para a UE. Como a maioria das ajudas será paga independentemente do volume de produção, para evitar que se deixe de produzir, os Estados-membros poderão optar por manter uma ligação reduzida entre os subsídios e a produção. Para muitos produtos, em especial, os cereais e a carne, a UE necessita encontrar novos modos de subsidiar os agricultores para torná-los competitivos. O conceito de multifuncionalidade parece ser a solução européia encontrada para resolver este intrincado problema.

MODELO COMPETITIVO

Os ideólogos da nova PAC pretendem um modelo de agricultura que seja competitivo, origine produtos de qualidade, utilize práticas amigáveis de produção, mantenha a paisagem rural rica e atrativa, e no qual a economia rural seja sustentável e dinâmica.

As questões levantadas pela reforma exigem novas respostas ou, pelo menos, mudanças na abordagem de problemas antigos, com abertura para diversas áreas de pesquisa, tais como:

- Biotecnologia e melhoramento, com sistemas mais eficientes de produção vegetal e animal;
- Certificação de produtos e criação de mecanismos de controle antifraude;
- Gestão sustentável dos recursos naturais (solo, água, florestas, biodiversidade);
- Melhorar a qualidade dos produtos e da segurança alimentar;
- Criação de indústrias não alimentares;
- Instrumentos capazes de monitorar os efeitos das políticas agrícola e ambiental.

ONDE SABER MAIS:
Portal da União Européia
http://europa.eu.int/pol/agr/index_pt.htm

* Professor catedrático do Departamento de Economia da Universidade de Évora. Endereço eletrônico: acap@uevora.pt

** Pesquisador da Embrapa Suínos e Aves; talamini@cnpsa.embrapa.br